

MODELO LIBERAL PERIFÉRICO, ACUMULAÇÃO RENTISTA E ESPECIALIZAÇÃO EXPORTADORA: CONSIDERAÇÕES PARA O CASO BRASILEIRO

Peripheral liberal model, rentist accumulation and production specialization: considerations about the brazilian case

Carlos Américo Leite Moreira

Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, pós-doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade de Montreal. Professor do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC. americo@ufc.br

Romênia Virgínia Pimentel Borba

Economista pela UFC. Mestre do Programa de Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará (UFC). virginia.pimentel@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo foi discutir alguns aspectos do processo de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado, tomando como ponto de partida a noção de Modelo Liberal Periférico (MLP) desenvolvido por Filgueiras e Gonçalves (2006). A importância desta análise justificou-se pelo crescente interesse em estudos relacionados às medidas de privatizações, de desregulamentação financeira e de reduções fiscais que se tornaram orientações estratégicas da política econômica. Constatou-se que nesse processo há uma forte interdependência entre a esfera financeira e a esfera produtiva. Além disso, verificou-se que a posição brasileira no capitalismo financeirizado, consolidada nos anos 2000, impediu a adoção de políticas econômicas que permitissem a retomada do investimento, da produção e do emprego. Do ponto de vista produtivo, isto resultou no aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil, revelando uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas à lógica de acumulação rentista.

Palavras-chave: Financeirização; Dependência; Economia brasileira.

Abstract: The objective of this article was to discuss some aspects of the Brazilian economy insertion in financial capitalism takes as its starting point the notion of Peripheral Liberal Model (PLM) developed by Filgueiras and Gonçalves (2006). The importance of this analysis was justified by the growing interest in studies related to privatization measures, financial deregulation and tax cuts that have become strategic directions of economic policy. It was found that in this process there is a strong interdependence between the financial sphere and the productive sphere. In addition, it was found that the Brazilian position in financial capitalism, consolidated in the 2000s, prevented the adoption of economic policies that would allow the resumption of investment, output and employment. The production point of view, this resulted in deepening the double process of reprimarization / deindustrialization in Brazil, revealing a logic in which decisions investment are subject to rentist accumulation logic.

Key words: Financialization; Dependency; Brazilian economy.

1 Introdução

O presente artigo discute alguns aspectos do processo de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado. Especificamente, considera-se como ponto de partida a noção de Modelo Liberal Periférico (MLP) desenvolvido por Filgueiras e Gonçalves (2006). Para os autores, o MLP apresenta três características centrais. A primeira está associada ao processo de liberalização comercial que atinge as esferas comercial (importação de bens e serviços), produtiva (estratégias de empresas estrangeiras), tecnológica (direitos de propriedade) e monetário-financeira (fluxos de capitais). A segunda característica desse modelo refere-se à vulnerabilidade externa estrutural que resulta de transformações na competitividade internacional, no padrão de comércio, no dinamismo tecnológico, no controle dos residentes sobre o excedente econômico e o volume de investimento e a robustez do sistema financeiro no País. Por fim, a dominância financeira, que impõe uma concepção liberal do papel do Estado permitindo a liberalização total dos mercados, constitui a terceira característica do MLP.

Nesse sentido, as medidas de privatizações, de desregulamentação financeira e de reduções fiscais tornaram-se orientações estratégicas da política econômica em que os regimes monetário e fiscal são altamente submetidos à avaliação dos mercados financeiros. Nesse processo, a esfera financeira não está absolutamente dissociada da esfera produtiva. Constata-se, ao contrário, a forte interdependência entre essas duas esferas, que se revela mediante transferências acentuadas de riquezas da produção em direção à finança.

Para cumprir os objetivos desse estudo, além desta introdução, apresentam-se quatro seções. A segunda seção mostra a discussão resumida dos fatores que levaram ao ingresso ativo da economia brasileira no contexto da financeirização. A terceira seção destaca que, apesar das iniciativas do Governo no âmbito fiscal, no sentido de estimular a demanda doméstica, observa-se a consolidação da economia brasileira no regime de acumulação de dominância financeira. Esse fato representa a afirmação do MLP no Brasil e sua lógica de reprodução do capital que associa rentismo e especialização exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas. A quarta seção apresenta evidências empíricas do duplo processo de reprimarização/desindustriali-

zação no Brasil que resulta desse novo padrão de reprodução do capital no Brasil. Por fim, na quinta seção seguem-se as considerações conclusivas.

2 Inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação financeira

A lógica do regime de acumulação de dominância financeira¹ na condição de nova configuração da globalização se impõe progressivamente a partir do início dos anos oitenta e se afirma definitivamente em meados dos anos noventa. Este novo regime foi notadamente caracterizado por transformações no regime concorrencial, com a passagem para um modo de concorrência oligopolista mundial, pela afirmação da esfera financeira como *locus* privilegiado de valorização do capital e por mudanças na repartição e na relação salarial. Estes fatores se articulam para engendrar transformações importantes nas modalidades de implantação e nas estratégias de produção dos grandes grupos industriais que, por sua vez, estão altamente submetidas a critérios impostos pelos mercados financeiros e agravadas pela entrada de investidores institucionais como acionistas dessas empresas.

Esse regime foi reforçado com a implementação de planos de estabilização em alguns países periféricos, tais como os novos mercados emergentes da América Latina. Esses planos colocaram completamente em cheque a lógica industrializante baseada no modelo de substituição de importações.

Essa dinâmica industrializante envolveu o capital estrangeiro, o Estado e o capital nacional. Nesse processo, vale destacar a participação dos investimentos estrangeiros. De fato, ainda era possível observar certa integração das filiais das firmas multinacionais no tecido produtivo local na fase de substituição de importações. Elas se implantavam principalmente nos setores mais dinâmicos e visavam essencialmente ao mercado interno motivadas pelas políticas protecionistas. Os investimentos estrangeiros predominantemente do tipo *greenfield* contribuíram para a coesão do aparelho produtivo do País, com as filiais recorrendo à produção das empresas nacionais públicas e privadas. Essas inversões respondiam as exigências do estado nacional em termos de conteúdo local.

¹ Uma análise detalhada sobre a noção de regime de acumulação pode ser encontrada em Chesnais (2004).

Entretanto, as filiais se encontravam em um contexto de baixa concorrência, que as impediam de estabelecer relações dinâmicas com o tecido produtivo local. Em decorrência do alto nível de proteção, foram pouco estimuladas a modernizar seus processos de produção. A introdução de linhas de produção consideradas obsoletas nos países desenvolvidos durante o período protecionista ilustra bem essa estratégia (MOREIRA, 2000).

O abandono das políticas de industrialização é a expressão mais evidente da mudança de *status* desses países que se tornaram para os investidores institucionais e empresas estrangeiras meros mercados emergentes, que garantem em determinados contextos rentabilidades expressivas para seus investimentos (DUFOUR, 1999).

A inserção ativa da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira foi possível em função de dois fatores principais. Por um lado, os processos de abertura comercial e financeira, bem como o êxito da política de estabilização monetária, garantiram um ambiente favorável à retomada do influxo de capital. Por outro lado, as reformas ocorridas no setor financeiro, com a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos permitiram, juntamente com os fatores anteriormente mencionados, o ingresso ativo do País no processo de financeirização (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002).

O aumento do poder da finança na economia brasileira é, em grande parte, tributário do abandono das políticas comerciais protecionistas. Após a experiência bem sucedida de industrialização fundada no voluntarismo do Estado e da crise da dívida nos anos oitenta, a legitimidade da intervenção do Estado foi questionada. A concepção neoliberal passa a associar, de forma oportunista, a crise do modelo de substituição de importações ao intervencionismo estatal, esquecendo completamente os avanços em termos de industrialização ocorridos entre o pós-guerra e a década de oitenta². As reformas estruturais do neoliberalismo tinham como objetivo central a redução do papel do Estado na economia, por meio da desregulamentação e da privatização. Foram assim abandonadas as iniciativas de proteção e estímulo à indústria nascente (BELLUZZO; CARNEIRO, 2004).

Após uma década transferindo excedente para os países centrais, a reversão desse cenário na década de noventa gerou expectativa de relance da

economia brasileira numa trajetória sustentável de crescimento. Essa expectativa foi logo frustrada em função, sobretudo, da maneira como as políticas de estabilização foram desenhadas, baseadas no aumento substancial das taxas de juros reais, o qual foi determinante para apreciação da moeda nacional.

Em decorrência, a economia brasileira passou a conviver com duplo déficit, orçamentário e comercial. Vale destacar que a elevação do déficit orçamentário ocorre concomitantemente à existência de superávits primários expressivos, revelando o papel da taxa de juros para o acréscimo da dívida pública.

Por sua vez, os déficits comerciais decorrem tanto da apreciação da taxa de câmbio quanto da abertura comercial. A redução de forma indiscriminada das tarifas conduziu a reestruturação da estrutura produtiva local. Esse processo de reestruturação não elevou a sua competitividade sistêmica. Na verdade, os incrementos de produtividade resultaram do desemprego industrial e de ajustes microeconômicos, sobretudo nas grandes empresas nacionais e estrangeiras (*downsizing*, flexibilização dos contratos de trabalho, terceirização de atividades de apoio à produção). Faz parte desses ajustes o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a especialização em produtos de menor valor agregado. (BELLUZZO; TAVARES, 2002).

A combinação de sobrevalorização do câmbio e racionalização produtiva engendrou uma nova dinâmica, na qual parte da produção doméstica foi substituída por importações. Tanto insumos quanto bens de consumo duráveis anteriormente produzidos internamente foram substituídos por importações “com circuitos comerciais vinculados aos países centrais substituindo, integral ou parcialmente, as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização” (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002, p. 55).

As exigências de competitividade impostas pelo novo cenário de abertura comercial financeira engendraram ajustes importantes nas atividades das empresas estrangeiras instaladas no País. A busca de ganhos de produtividade levou a um processo de recentragem em certas etapas do processo de produção. Essa dinâmica também foi observada nas novas plantas recém-chegadas (*newcomers*). As atividades realizadas no Brasil obedecem à lógica de otimização da localização, beneficiando-se da possibilidade de importação aberta pelo novo contexto de abertura comercial. As pressões nes-

2 Esta análise pode ser encontrada em Gonçalves (2013).

se sentido se reforçaram com o controle crescente exercido pelos investidores institucionais sobre esses grupos (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002).

Em decorrência do processo de reestruturação, a participação da indústria de transformação no PIB recuou de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998, com maior especialização da indústria brasileira em setores intensivos em recursos naturais (IEDI, 2006).

As exportações, bastante afetadas pela apreciação do câmbio, apresentam mudança significativa na sua composição. Investigações empíricas da pauta exportadora brasileira realizadas por Gonçalves (2000) revelaram que a participação média das manufaturas recuou de 55,1% em 1990-1994 para 53,1% em 1995-1998, enquanto a participação média dos produtos básicos cresceu de 29,8% para 33,8%. Na avaliação de Gonçalves (2000), constata-se um processo de reprimarização da pauta exportadora na segunda metade dos anos noventa, o qual se configura como uma reversão da tendência de longo prazo de avanço da qualidade tecnológica da pauta exportadora brasileira. O aprofundamento desse duplo movimento de desindustrialização/reprimarização nos anos 2000 confirma a consolidação no Brasil de um padrão de reprodução do capital que combina acumulação rentista com especialização da pauta exportadora em produtos básicos.

3 Consolidação do Modelo Liberal Periférico: acumulação financeira e base exportadora primária

Na visão de Paulani (2012), os anos 2000 representam a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado. A ascensão do novo governo não mudou a lógica da política econômica. De fato, observa-se uma incapacidade do governo brasileiro de formular políticas autônomas que sejam contrárias aos interesses do capital financeiro. A lógica das políticas econômicas visa essencialmente garantir, aos detentores do capital financeiro, rendimentos elevados. Nesse sentido, a manutenção das políticas de taxa de juros reais elevadas pelo novo governo caracteriza as restrições impostas aos Estados pela mundialização financeira. Essas restrições acabam privando a adoção de políticas econômicas que permitam a retomada do investimento, da produção e do emprego. Com isso,

as intervenções de política fiscal do governo brasileiro, como as ações de investimentos nas áreas de infraestrutura logística contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT), no sentido de recuperar a capacidade de investimento da estrutura produtiva não lograram êxito.

A retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil surge em um momento de ampliação do mercado interno brasileiro com a inclusão de uma parcela significativa da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo. As condições favoráveis de crédito ao consumo, o crescimento da massa salarial e os programas de transferência de renda foram determinantes para essa expansão da demanda doméstica. A realização de blocos de inversões visa ampliar a matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias). Adicionalmente, o Governo pretende incrementar os investimentos em infraestrutura social urbana envolvendo saneamento, habitação, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica.

Na visão do governo, a realização desses investimentos possibilitaria a criação de demanda capaz de viabilizar a ampliação e a modernização da capacidade produtiva da indústria de transformação. O aumento da produção e do emprego exigiria demanda forte e uma oferta capaz de responder rapidamente aos impulsos dessa demanda.

Com essas iniciativas, o objetivo seria criar um ciclo endógeno em que os investimentos do setor privado e do Estado, ao criarem seus próprios mercados, estimularam o crescimento da capacidade produtiva. Ou seja, as decisões de investimentos estariam determinadas pelo aumento dos mercados domésticos que seriam criados de maneira autônoma ou induzidos pelas relações intraindustriais.

Os resultados em termos de eficiência produtiva dos principais setores da economia permitiriam um aumento da competitividade da estrutura produtiva, garantindo mercados externos adicionais, beneficiando a internacionalização das empresas brasileiras e a obtenção de superávits comerciais recorrentes. Não se trataria, portanto, de *drive* exportador cuja formação de nova capacidade faz-se em razão de mercados externos adicionais, porém de decisões de gastos dos empresários e do Estado que ampliam a capacidade de produção e a compe-

titividade da estrutura produtiva, criando demanda externa e doméstica.

Adicionalmente, as melhores condições de competição da indústria nacional permitiriam um processo de internalização da oferta em vários segmentos produtivos, contribuindo ainda mais para a geração de excedentes na balança comercial. Portanto, a ampliação dos gastos com investimentos e a renúncia fiscal engendrariam um efeito multiplicador positivo sobre o produto interno bruto.

Portanto, os programas de investimentos em infraestrutura teriam como objetivos aumentar a competitividade da estrutura produtiva, em particular da indústria de transformação, e superar os desequilíbrios externos. Os incrementos das inversões nas matrizes energética e de transportes, por sua vez, induziriam a internalização da oferta industrial, tornando-a mais densa e complexa (MOREIRA, 2006).

Analisando a conjuntura recente da economia brasileira, percebem-se traços distintos dos preconizados pelo governo brasileiro. O aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil revela uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas à lógica de acumulação rentista. De fato, estudo coordenado por Carneiro et al. (2009) sobre os padrões de financiamento das empresas brasileiras baseado na análise dos balanços de 172 grandes empresas de capital aberto revelou que, entre 2003 e 2007, o dinamismo do mercado interno não foi suficiente para as empresas brasileiras realizarem a transição para um novo modelo que prioriza as estratégias mais agressivas de capacidade produtiva. Salvo inversões direcionadas para grandes projetos de exportações, as empresas mais uma vez estavam evitando ampliar os investimentos. A reticência na imobilização de capital em ativos de maior prazo de retorno é uma marca do sistema empresarial brasileiro. As empresas optaram por direcionar esses lucros para ancorar um processo de redução de dívidas.

Na verdade, as inversões realizadas pelos empresários e pelo Estado estão associadas ao dinamismo das exportações de produtos primários. Em contrapartida, a expansão da demanda doméstica por bens manufaturados não estimula blocos de inversões na indústria de transformação. Na verdade, consolida-se na economia brasileira um modelo de acumulação rentista com padrão exportador baseado na especialização em produtos básicos. De fato, um traço distintivo desse modelo

está associado à forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas assim como em produtos industriais de baixo valor agregado. Essa configuração não reflete uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados e oportunidades comerciais, porém o aproveitamento de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional (MOREIRA; ALMEIDA, 2013).

O Brasil passa a se constituir um exemplo de uma economia que possui estrutura industrial relativamente complexa, porém “integrada ou subsumida e submetida ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais” (OSORIO, 2012, p. 106).

Adicionalmente, esse novo padrão exportador engendra a formação de enclaves com atividades que operam com reduzidos efeitos de encadeamento produtivos e tecnológicos na região, importando bens de capital, bens intermediários e até mesmo matérias-primas.

Na constituição desse modelo exportador, destaque para o papel determinante do grande capital nacional e estrangeiro. Na verdade, as grandes empresas “concentram as principais plataformas exportadoras do novo padrão, assim como as atividades dinâmicas orientadas para o mercado interno, particularmente concentradas no setor de serviços, as quais fornecem energia e telecomunicações e constituem importantes cadeias comerciais” (OSORIO, 2012, p. 111).

Entretanto, o perfil financeirizado das estratégias das empresas multinacionais e a lógica de política econômica que ancora o padrão de inserção intensificam as transformações no processo de internacionalização produtiva iniciadas na década de noventa, com a predominância das atividades comerciais e financeiras sobre as produtivas.

Com o processo de abertura comercial e financeira, a valorização do capital produtivo das filiais das multinacionais se traduz em operações de reestruturação produtiva, que implicam a redução das operações propriamente produtivas combinadas a uma expansão das atividades puramente comerciais. Ou seja, as filiais se engajam numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de

riqueza (MOREIRA; SEBAG, 2014).

As filiais estrangeiras continuam integradas a uma lógica global na qual se beneficiam das diferenças existentes em cada país. Nessa perspectiva, se especializam em atividades que pouco contribuem para a constituição dos elementos que compõem a cadeia produtiva. As filiais estrangeiras não se inserem fortemente nas cadeias produtivas do país, com efeitos menos importantes na ampliação da capacidade produtiva do que em fases anteriores.

A lógica de otimização da localização das firmas estrangeiras incorpora as oportunidades de importação de insumos e bens de consumo abertas pela liberalização comercial e pelo contexto de juro alto e câmbio apreciado. Nesse cenário, os setores dinâmicos de alta e média alta tecnologia, em que se constata uma clara dominância do capital estrangeiro, são os que apresentam maiores déficits na balança comercial, com consequentes esvaziamentos de suas cadeias produtivas. Nesse sentido, fica evidente que o Brasil é considerado uma extensão do mercado global para grande parte das empresas estrangeiras. Porém, em um cenário onde as importações são a opção preferida, ficando o investimento como *second best choice* (MOREIRA; SEBAG, 2014).

A inserção do país nesse novo regime de acumulação também incita as filiais a buscar formas de valorização puramente financeiras. A apropriação de excedentes a partir de operações puramente financeiras revela o movimento de financeirização das firmas estrangeiras, que assume uma dimensão importante nesse novo regime de acumulação cuja consolidação no Brasil aprofundou tendências³ que comprometem a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo.

Portanto, a opção pela acumulação rentista trouxe consequências importantes para inserção produtiva do país. A combinação de juros elevados/câmbio apreciado significou a opção pelas finanças, as *commodities* e os serviços em detrimento da indústria (BRESSER-PEREIRA, 2008; 2010; PALMA, 2006; 2014).

Entretanto, é preciso entender que o processo de “commoditificação” e de regressão industrial constitui-se em um desequilíbrio estrutural do MLP.

3 Essas tendências são: desindustrialização e dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural, maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominância financeira. (GONÇALVES, 2013).

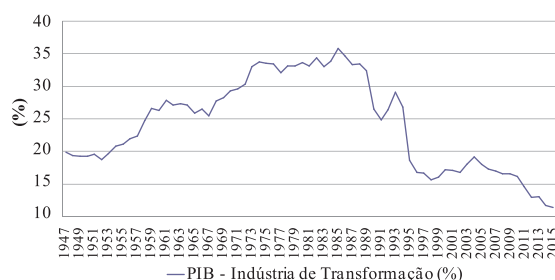
Esse desequilíbrio não será resolvido simplesmente com uma política de administração da taxa de câmbio, levando-a a um patamar que permita a competitividade das exportações industriais. Ou seja, não se neutraliza esse desequilíbrio estrutural por meio de um imposto ou retenção sobre as exportações de *commodity*. As evidências de aprofundamento do duplo processo de desindustrialização/reprimarização serão apresentadas a seguir.

4 O aprofundamento do duplo processo de desindustrialização/reprimarização: evidências empíricas

Os estudos acerca da desindustrialização para o caso brasileiro surgiram nos anos 2000 e estão centrados, dentre outros, nos trabalhos de Oreiro e Feijó (2010) e Bresser-Pereira (2008; 2012). Apesar dos diferentes argumentos utilizados e de não haver uma aceção única de desindustrialização entre os autores, neste debate, o conceito predominante é a perda de peso relativo da indústria de transformação no valor adicionado.

Assim, a busca por evidências sobre o processo de desindustrialização no Brasil toma como ponto de partida a análise dos dados sobre a produção da indústria comparada com os dados da produção total da economia. Neste sentido, o gráfico 1 apresenta a participação da indústria de transformação no PIB entre 1947 e 2015.

Gráfico 1 - Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro a preços básicos no período de 1947 a 2013 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados das contas nacionais do IBGE.

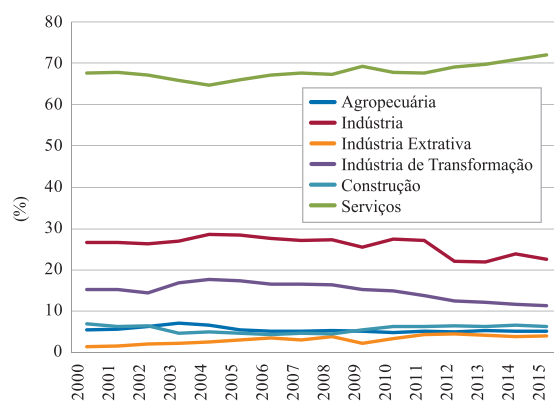
Nota: Para 2010-2013: resultados estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Para 1990-1994: Sistema de Contas Nacionais Referência 1985. Para 1947-1989: Sistema de Contas Nacionais Consolidadas.

Como é possível observar, verifica-se a tendência da perda de importância da indústria de transformação ao longo da série analisada. Dois momentos fundamentais se destacam: 2003, quando o aumento do crédito para consumo, os programas sociais e a valorização do salário mínimo possibilitaram a incorporação de uma parcela considerável de brasileiros ao mercado interno, estimulando a produção de bens de baixa intensidade tecnológica, compatíveis com a estrutura produtiva nacional, e; em 2010, em que a política de renúncia fiscal sobre produtos industrializados aqueceu a economia gerando reflexos positivos para todos os setores industriais, de tal modo que o crescimento da indústria atingiu a taxa de 16,2%. No entanto, apesar do grande esforço, observa-se que a indústria não conseguiu reverter a situação de desindustrialização verificada a partir da década de 1990.

Quando se verifica menor crescimento da participação do setor industrial no produto ou no emprego total, relativamente aos demais setores da economia, a desindustrialização pode vir acompanhada da reprimarização ou de uma especialização regressiva da pauta de exportações, isto é, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico, que o País possui vantagens comparativas para produzir (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, o gráfico 2, que apresenta a participação das atividades no valor adicionado, mostra que as mudanças na composição setorial do produto nacional foram marcadas pela redução da participação da indústria de transformação, pela expansão do setor de serviços, e pela dinamização dos segmentos primários exportadores. Em outras palavras, observa-se que a participação da indústria de transformação no valor adicionado, tem tendência de redução.

Gráfico 2 - Participação das classes e respectivas atividades no valor adicionado a preços básicos no Brasil no período de 2000 a 2015 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados das Contas Nacionais do IBGE.

Nota: Resultados calculados a partir das contas nacionais trimestrais.

Um grupo importante da literatura⁴ sobre desindustrialização considera que o comércio internacional pode influenciar na taxa de crescimento doméstica do setor industrial. Tal constatação fundamenta-se, sobretudo, no fato de que, diante de fatores externos, a indústria doméstica pode ocupar uma posição desfavorável para competir com os produtos importados que, por sua vez, conduziriam à restrição no balanço de pagamentos e na taxa de crescimento de longo prazo.

Nesse sentido, no que se refere à balança comercial, observa-se o aspecto mais perverso da inserção externa brasileira. A quebra de elo de diversas cadeias produtivas nacionais, ocorrida ao longo da década de 1990 por ocasião das reformas de caráter liberal, tornou o sistema produtivo brasileiro mais dependente de importações de insumos produtivos, máquinas e equipamentos, o que se traduziu em acentuado aumento das importações nos períodos de intensificação do crescimento do PIB e da renda doméstica. Adicionalmente, esse novo padrão exportador engendra a formação de enclaves com atividades que operam com reduzidos efeitos de encadeamento produtivos e tecnológicos, importando bens de capital, bens intermediários e até mesmo matérias-primas.

4 Ver por exemplo, Thirlwall (1979), que publicou um artigo sobre o crescimento econômico restrito pelo balanço de pagamentos. Nesse artigo, o autor considerou questões de elasticidade-renda da demanda do país pelas importações e elasticidade-renda da demanda externa pelas exportações domésticas.

Uma referência comum para examinar as mudanças qualitativas na pauta das exportações agrega os produtos exportados conforme seu grau de industrialização. Segundo dados do MDIC/SE-CEX apresentados na tabela 1, os produtos manufaturados têm perdido espaço na pauta de exportações face ao aumento constante da participação de pro-

duto básicos. Em outras palavras, os dados da tabela acima significam regressão e reprimarização da pauta exportadora. O perfil da indústria brasileira no comércio exterior vem cedendo espaço para setores não industriais, isto é, as *commodities* apresentaram maior participação na pauta de exportações quando comparados aos produtos manufaturados.

Tabela 1 - Exportações dos setores industriais no Brasil por intensidade tecnológica no período de 2010 a 2014 (US\$ Milhões)

Setores	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	137.470	100,0	160.649	100,0	197.942	100,0	152.995	100,0	201.915	100,0
Produtos industriais (*)	107.320	78,1	121.908	75,9	141.890	71,7	104.608	68,4	128.350	63,6
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	41.768	30,4	46.760	29,1	51.630	26,1	36.254	23,7	45.615	22,6
Indústria de alta tecnologia (I)	9.364	6,8	10.241	6,4	11.507	5,8	9.048	5,9	9.316	4,6
Aeronáutica e aeroespacial	3.741	2,7	5.204	3,2	6.064	3,1	4.536	3,0	4.686	2,3
Farmacêutica	905	0,7	1.134	0,7	1.482	0,7	1.550	1,0	1.828	0,9
Material de escritório e informática	496	0,4	273	0,2	235	0,1	203	0,1	201	0,1
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	3.579	2,6	2.863	1,8	2.871	1,5	2.045	1,3	1.751	0,9
Instrumentos médicos de ótica e precisão	643	0,5	767	0,5	854	0,4	714	0,5	850	0,4
Indústria de média-alta tecnologia (II)	32.403	23,6	36.519	22,7	40.123	20,3	27.206	17,8	36.299	18,0
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	2.618	1,9	3.200	2,0	3.777	1,9	2.997	2,0	3.131	1,6
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	14.371	10,5	15.009	9,3	16.293	8,2	9.351	6,1	13.972	6,9
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	6.800	4,9	8.181	5,1	8.772	4,4	7.536	4,9	9.439	4,7
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	532	0,4	578	0,4	496	0,3	346	0,2	732	0,4
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	8.082	5,9	9.550	5,9	10.785	5,4	6.976	4,6	9.026	4,5
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	27.252	19,8	31.599	19,7	38.870	19,6	24.715	16,2	29.417	14,6
Construção e reparação naval	30	0,0	724	0,5	1.541	0,8	119	0,1	176	0,1
Borracha e produtos plásticos	2.050	1,5	2.569	1,6	2.870	1,4	2.320	1,5	2.839	1,4
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	6.109	4,4	7.136	4,4	9.489	4,8	5.791	3,8	6.733	3,3
Outros produtos minerais não metálicos	2.114	1,5	2.288	1,4	2.080	1,1	1.522	1,0	1.818	0,9
Produtos metálicos	16.949	12,3	18.882	11,8	22.891	11,6	14.963	9,8	17.852	8,8
Indústria de baixa tecnologia (IV)	38.300	27,9	43.549	27,1	51.389	26,0	43.639	28,5	53.318	26,4
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1.558	1,1	1.718	1,1	1.759	0,9	1.326	0,9	1.485	0,7
Madeira e seus produtos, papel e celulose	7.232	5,3	8.125	5,1	8.651	4,4	6.722	4,4	8.738	4,3
Alimentos, bebidas e tabaco	23.967	17,4	27.667	17,2	35.373	17,9	31.737	20,7	38.324	19,0
Têxteis, couro e calçados	5.542	4,0	6.039	3,8	5.607	2,8	3.854	2,5	4.771	2,4
Produtos não industriais	30.150	21,9	38.741	24,1	56.053	28,3	48.387	31,6	73.565	36,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do MDIC/ SECEX. Classificação extraída da OCDE. Nota: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria.

Alguns estudos apontam que o processo de abertura comercial ⁵ocorrido no Brasil durante

5 A literatura sobre a reestruturação industrial e seus desdobramentos no âmbito das reformas econômicas (abertura comercial e financeira, privatização, entre outros) implementadas no Brasil é vasta. Pode ser dividida entre uma corrente de autores que possuem uma visão mais otimista das consequências dessas reformas sobre a indústria brasileira e por outros autores que apresentaram uma visão mais crítica, como por exemplo, Gonçalves (2001).

os anos 1990, associado à valorização da taxa de câmbio real, teria resultado no aumento das importações da indústria brasileira e reduzido o grau de integração entre as cadeias que foram preservadas. Dentre os setores industriais de alta intensidade tecnológica, o componente importado é bastante elevado, conforme apontam os dados da tabela 2. Um ponto importante que merece ser destacado é que setores produtores de bens de capital constituem,

em grande parte, meras atividades de montagem, também chamadas de maquilas.

Tabela 2 – Importações dos setores industriais no Brasil por intensidade tecnológica no período de 2010 a 2014 (US\$ Milhões)

Setores	2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Total	91.349	100,0	120.621	100,0	173.196	100,0	127.722	100,0	181.649	100,0
Produtos industriais (*)	75.069	82,2	99.950	82,9	143.184	82,7	109.976	86,1	159.103	87,6
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	54.514	59,7	71.929	59,6	102.731	59,3	81.189	63,6	111.095	61,2
Indústria de alta tecnologia (I)	21.203	23,2	25.284	21,0	33.439	19,3	27.479	21,5	35.813	19,7
Aeronáutica e aeroespacial	2.415	2,6	3.420	2,8	4.950	2,9	4.135	3,2	4.005	2,2
Farmacêutica	3.623	4,0	4.898	4,1	6.124	3,5	6.116	4,8	8.206	4,5
Material de escritório e informática	2.719	3,0	2.656	2,2	3.340	1,9	2.938	2,3	3.962	2,2
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	8.874	9,7	9.492	7,9	12.657	7,3	9.101	7,1	13.145	7,2
Instrumentos médicos de ótica e precisão	3.573	3,9	4.819	4,0	6.367	3,7	5.189	4,1	6.496	3,6
Indústria de média-alta tecnologia (II)	33.311	36,5	46.645	38,7	69.292	40,0	53.710	42,1	75.282	41,4
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	3.526	3,9	4.466	3,7	6.116	3,5	5.363	4,2	7.746	4,3
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	6.535	7,2	9.273	7,7	14.091	8,1	12.266	9,6	18.497	10,2
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	13.596	14,9	19.033	15,8	28.881	16,7	20.035	15,7	25.556	14,1
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	559	0,6	644	0,5	1.262	0,7	702	0,5	1.728	1,0
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	9.096	10,0	13.229	11,0	18.942	10,9	15.343	12,0	21.754	12,0
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	14.339	15,7	19.649	16,3	29.221	16,9	18.571	14,5	34.129	18,8
Construção e reparação naval	24	0,0	55	0,0	72	0,0	259	0,2	222	0,1
Borracha e produtos plásticos	2.219	2,4	2.887	2,4	4.013	2,3	3.302	2,6	4.880	2,7
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	5.265	5,8	7.254	6,0	12.196	7,0	5.841	4,6	13.673	7,5
Outros produtos minerais não metálicos	649	0,7	874	0,7	1.210	0,7	981	0,8	1.568	0,9
Produtos metálicos	6.181	6,8	8.579	7,1	11.731	6,8	8.187	6,4	13.787	7,6
Indústria de baixa tecnologia (IV)	6.216	6,8	8.372	6,9	11.232	6,5	10.216	8,0	13.878	7,6
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	625	0,7	940	0,8	1.291	0,7	1.110	0,9	1.601	0,9
Madeira e seus produtos, papel e celulose	1.396	1,5	1.638	1,4	2.079	1,2	1.629	1,3	2.240	1,2
Alimentos, bebidas e tabaco	2.281	2,5	3.020	2,5	4.080	2,4	3.984	3,1	5.058	2,8
Têxteis, couro e calçados	1.913	2,1	2.774	2,3	3.782	2,2	3.493	2,7	4.978	2,7
Produtos não industriais	16.281	17,8	20.671	17,1	30.012	17,3	17.746	13,9	22.546	12,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do MDIC/SECEX. Classificação extraída da OCDE.

Nota: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria.

Estes resultados reforçam a hipótese de desindustrialização no Brasil. Além disso, a combinação de uma pauta exportadora com as características apresentadas, especializada cada vez mais em produtos primários e uma pauta importadora essencialmente composta por produtos industriais, contribuem para a constituição de um quadro no qual a capacidade de geração de divisas por meio do comércio exterior de bens seja altamente dependente da trajetória dos preços das *commodities*.

A complementar o cenário descrito acima, o aumento das importações de produtos manufaturados a taxas mais elevadas tem provocado significativas modificações na composição do saldo comercial brasileiro. Como pode ser visualizado através da tabela 3, a década de 1990 se caracterizou por baixas taxas de crescimento das exportações e, após um bom desempenho em 1997, o comércio exterior brasileiro apresentou uma retração em 1998 e 1999. Observa-se ainda que, entre 1995 e 2000, o saldo da balança comercial brasileira foi negativo, explicado, em grande parte, pelo contexto de implementação do Plano Real caracterizado por uma taxa de câmbio semifixa sobrevalorizada, altas taxas de juros e abertura comercial, com as exportações situando-se em níveis inferiores às importações.

Tabela 3 - Evolução das exportações, das importações e do saldo da balança comercial do Brasil no período de 1990 a 2014 (US\$ Milhões)

Ano	Balança comercial (US\$ Milhões)		
	Exportações	Importações	Saldo
1990	31,4	20,7	10,7
1991	31,6	21,0	10,6
1992	35,8	20,6	15,2
1993	38,6	25,3	13,3
1994	43,5	33,1	10,4
1995	46,5	50,0	-3,5
1996	47,7	53,3	-5,6
1997	53,0	59,7	-6,7
1998	51,1	57,8	-6,7
1999	48,0	49,3	-1,3
2000	55,1	55,9	-0,8
2001	58,3	55,6	2,7
2002	60,4	47,2	13,2
2003	73,2	48,3	24,9
2004	96,7	62,8	33,9
2005	118,5	73,6	44,9
2006	137,8	91,4	46,4

Ano	Balança comercial (US\$ Milhões)		
2007	160,6	120,6	40,0
2008	197,9	173,0	24,9
2009	153,0	127,7	25,3
2010	201,9	181,6	20,3
2011	256,0	226,2	29,8
2012	242,6	223,2	19,4
2013	242,0	239,7	2,3
2014	225,1	229,0	-3,9

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SECEX/MDIC.

De acordo com Almeida, Feijó e Carvalho (2005), a desindustrialização é o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional. Neste sentido, uma análise sob a ótica da estrutura do emprego dá sustentação aos argumentos favoráveis ao processo de desindustrialização. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria geral não ganhou importância na geração de empregos nos últimos anos. Quando se considera a indústria de transformação, a análise dos dados permitiu observar uma tendência negativa de sua participação na geração de empregos formais no período de 2002 a 2012. Enquanto na maior parte dos setores, inclusive na construção civil, a distribuição da população ocupada se manteve estável, na indústria houve queda de 1,5 ponto percentual em dez anos, incluindo-se aí a indústria extrativa.

Dados das Contas Nacionais do IBGE corroboram a avaliação de um processo de desindustrialização no País, uma vez que na composição do emprego industrial segundo intensidade tecnológica, o emprego formal na indústria continua concentrado nos setores de baixa e média-baixa tecnologia.

Assim, considerando, em conjunto, as variáveis deste estudo, confirma-se a hipótese de que o Brasil está passando por um duplo processo de reprimarização/desindustrialização. Em outras palavras, o Brasil enfrenta desindustrialização precoce, uma vez que aumentou a sua especialização em *commodities*, indústria baseada em recursos naturais e serviços de baixa produtividade.

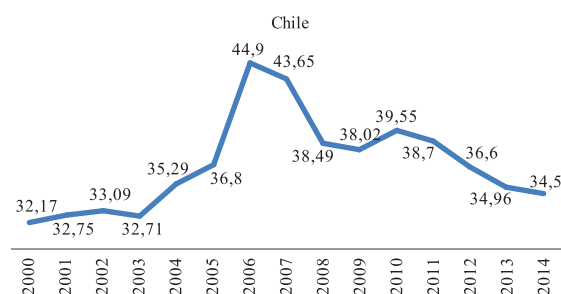
É oportuno destacar que essa tendência vem sendo observada nas economias da América Latina. No entanto, o Brasil, por seu tamanho e relevância, é o mais significativo caso de desindus-

rialização precoce. As economias da América Latina instauraram processos de industrialização em um passado recente. Nessas economias, a força de trabalho foi deslocada do campo para a cidade, da agricultura para a indústria. Mesmo assim, na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo, e dentre eles, somente o Brasil conseguiu avançar numa montagem parcial do setor de bens de capital. Ao final da década de 1970, esses países tinham uma indústria de transformação cujo produto representava cerca de 23% do PIB no caso mexicano, cerca de 25 % na Argentina e de 33% no Brasil (CANO, 2012).

Contudo, com os efeitos da década perdida, de 1980, e da instauração das políticas neoliberais, a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave: com participações, em 1980, em torno de 24% (Argentina e México) e de 33% (Brasil), os dados entre 2008 e 2010 regrediram, para cerca de 19% no México e na Argentina, e a mais aguda, a do Brasil, para cerca de 16%.⁶

Um dos principais argumentos a favor da hipótese de desindustrialização precoce se relaciona com a perda de peso relativo da indústria de transformação no PIB. Nesse sentido, para complementar a discussão sobre a desindustrialização na América Latina, os gráficos a seguir apresentam os casos do Chile, da Argentina e do México, respectivamente.

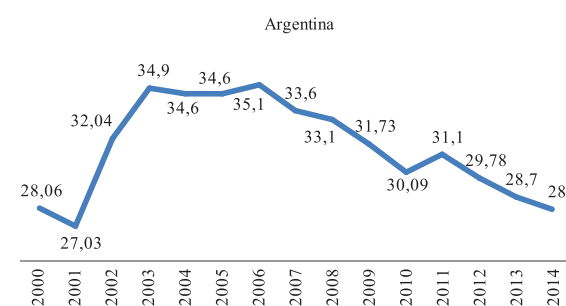
Gráfico 3 - Participação da indústria de transformação no PIB do Chile a preços básicos no período de 2000 a 2014 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

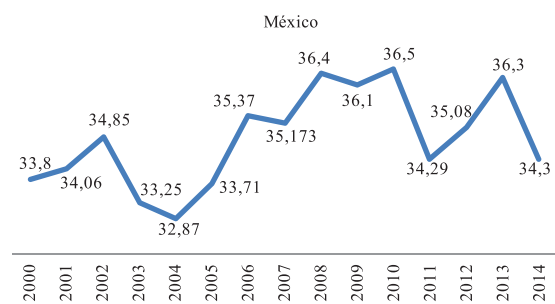
6 Valores Calculados a preços correntes. Os dados se encontram no *Anuário Estadístico de la Cepal* (vários anos) e Contas Nacionais do Brasil (IBGE).

Gráfico 4 - Participação da indústria de transformação no PIB da Argentina a preços básicos no período de 2000 a 2014 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

Gráfico 5 - Participação da indústria de transformação no PIB do México a preços básicos no período de 2000 a 2014 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

Através dos gráficos, é possível observar que parcela da produção industrial está caindo nas economias da América Latina que fazemos referência. Esta condição, juntamente com o fato de que o emprego industrial no emprego total também apresenta uma trajetória de queda nesses países, identifica-os como possíveis países em um processo de desindustrialização precoce.

5 Considerações Finais

A inserção ativa da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira nos anos noventa foi possível em função do movimento de abertura comercial e financeira, o sucesso da política de estabilização monetária, e as reformas ocorridas no setor financeiro.

A sobrevalorização cambial associada à racionalização produtiva levou à substituição da produção doméstica por importações. Por outro lado,

constata-se uma dinâmica de reprimarização da pauta exportadora, revertendo à tendência de longo prazo de crescimento da participação das manufaturas nas exportações totais brasileiras.

Os incrementos de produtividade decorrentes do processo de reestruturação produtiva resultaram em desemprego industrial e ajustes microeconômicos nas grandes empresas nacionais e estrangeiras. Esses ajustes implicaram o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a especialização em produtos de menor valor agregado.

Os anos 2000 representam a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado. A ascensão do novo governo não alterou a lógica da política econômica, permanecendo a incapacidade do governo brasileiro de formular políticas autônomas contrárias aos interesses do capital financeiro. Nesse sentido, a manutenção das políticas de taxa de juros reais elevadas pelo novo governo caracteriza as restrições impostas aos Estados pela mundialização financeira. Essas restrições impedem a adoção de políticas econômicas que permitam a retomada do investimento, da produção e do emprego.

Com isso, as intervenções de política fiscal do governo brasileiro, como as ações de investimentos nas áreas de infraestrutura logística contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT), no sentido de aumentar a competitividade da estrutura produtiva, em particular da indústria de transformação, e superar os desequilíbrios externos, internalizando a oferta industrial e tornando-a mais densa e complexa, não lograram êxito. Na verdade, constatou-se o aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil, o que revela uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas à lógica de acumulação rentista.

A opção por juros elevados/câmbio apreciado significou a escolha pelas finanças, *commodities* e serviços em detrimento da indústria. Na constituição desse modelo, a continuidade das operações de reestruturação produtiva das grandes empresas nacionais e estrangeiras foi crucial para a intensificação desse duplo movimento de reprimarização/desindustrialização. As filiais de empresas estrangeiras em vários setores continuaram em uma lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de

criação de riqueza. Ademais, observa-se uma participação decisiva dos grandes conglomerados no novo projeto exportador baseado em *commodities* metálicas e agrícolas.

Referências

ALMEIDA, J. S. G.; FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** Carta IEDI, São Paulo, n. 183, 2005. Disponível em <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_183_ocorreu_uma_desindustrializacao_no_brasil.html>. Acesso em: 10 mai. 2014.

BANCO MUNDIAL. Datos sobre las cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos sobre cuentas nacionales de la OCDE. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NV.IND.TOTL.ZS?locations=AR&view=chart>>. Acesso em: setembro 2016.

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil - Relembrando um Velho Tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (orgs). **Políticas para a retomada do crescimento**. Brasília: IPEA, 2002.

BELLUZZO, L. G.; CARNEIRO, R. Bloqueios ao crescimento econômico. **Política Econômica em Foco**, Campinas, n. 3, jan./abr. 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch Disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política, São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 48-71, 2008.

Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (Org.) **Desenvolvimento econômico e crise**. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Textos para discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, nº 200, janeiro de 2012.

CARNEIRO, R.; ALMEIDA, J. S. G.; CINTRA, M. A. M.; AVANIAN, C.; NOVAIS, L. F.; FILLETI, J. de P. **Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos**. Subprojeto padrões de financiamento das

- empresas não financeiras no Brasil. Campinas: FECAMP, 2009.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Anuário Estatístico**, vários anos.
- CHESNAIS, F. (Org.). **La finance mondialisée**, Paris: La Découverte, 2004.
- La mondialisation financière**, Paris, Syros, 1996.
- DUFOUR, J. F.. **Les marches émergents**. Paris: Armand Colin. Collection Synthèse. 1999.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese dainservação regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**. Ed. Especial. Rio de Janeiro. 2001.
- GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- O Brasil e o comércio Internacional: transformações e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego e Salário**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: março de 2015.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Expansão da produtividade**. Carta IEDI n.173. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2006.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. **Plano Brasil Maior**. Disponível em: <www.brasilmaior.mdic.gov.br>. Acesso em: abr. 2015.
- MOREIRA, C. A. L. **Les transformations de l'investissement direct étranger et leurs conséquences sur le secteur manufacturier au Brésil**. 2000. 508 p. Tese (Doutorado em Economia) - Université de Paris XIII, França, 2000.
- MOREIRA, C. A. L. Uma avaliação das propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Revista BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, out./dez. 2006.
- MOREIRA, C. A. L.; FORTI SHERER, A. L. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2002.
- MOREIRA, C. A. L.; ALMEIDA, A. T. A dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil em meio à crise econômica mundial e impactos sobre a conta de transações correntes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.41, n. 1, 2013.
- MOREIRA, C. A. L.; SEBAG, E. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 38, junho de 2014.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.
- OSORIO, J. América Latina: **o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (Org.). São Paulo: Boitempo, 2012.
- PALMA, G. Stratégies actives et stratégies passives d'exportation em Amérique latine et en Asie orientale. La croissance liée à la composition particulière des produits et à la spécificité des institutions. **Revue Tiers Monde**, Paris, n°186, 2006.
- Porque a América Latina não cresce como a Ásia? 2014. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Por-que-a-America-Latina-nao-cresce-como-a-asia-/7/18684>>. Acesso em: mar. 2015.
- PAULANI, L. A inserção da economia no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, Abr./Jun. 2012.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**. n. 128, 1979